

Diálogo entre Tocqueville e Weber em torno da democracia, da racionalidade e da religião nas origens dos EUA

Monalisa Lima Torres¹

Mônica Dias Martins²

Hermano Machado Lima³

Resumo: A partir da obra *Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville (2005), e dos estudos de Max Weber (2004) acerca das religiões, este trabalho analisa a inter-relação entre a ética do puritanismo, a racionalidade, as ideias de liberdade e igualdade. O que nos interessa é verificar sua importância para o estabelecimento do capitalismo ocidental moderno bem como para a democracia liberal nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Racionalidade; Religião; Democracia liberal.

Dialogue between Tocqueville and Weber about democracy, rationality and religion in US origins

Abstract: Using Alexis de Tocqueville's book *Democracy in America* (2005) and Max Weber's studies on religion (2004), this paper analyzes the interrelationship between ethics of Puritanism, rationality and the ideas of freedom and equality. What interests us is to check the importance of these concepts to the establishment of modern Western capitalism as for the liberal democracy in the United States.

Keywords: Rationality; Religion; liberal democracy.

Introdução

Após a Revolução Francesa, em 1789, os ideais burgueses de liberdade e igualdade foram disseminados por toda a Europa. Entretanto, as várias tentativas de implantação de regimes democráticos, nos mais diversos Estados, através de “revoluções burguesas” não lograram êxito. Isso ocorreu porque após as revoluções e a conquista dos direitos de igualdade entre os cidadãos houve, segundo a análise feita por Tocqueville (1998), a ascensão de governos monárquicos/autoritários. A própria França constitui um bom exemplo: ícone dos ideais burgueses, mesmo depois de implantar a Declaração dos Direitos do Homem e do

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

² Professora da Universidade Estadual do Ceará.

³ Professor da Universidade Estadual do Ceará.

Cidadão, viveu o período conhecido como “O Terror”⁴, seguido pelo governo de Napoleão Bonaparte. Dentro desta perspectiva, como foi possível o estabelecimento da democracia nos EUA?

Na perspectiva tocquevilleana, conceitos como igualdade e liberdade foram fundamentais para o nascimento de uma sociedade impessoal. Ou seja, “as relações tanto políticas, econômicas, religiosas como sociais não são mais patrimoniais, baseadas na tradição ou nos vínculos pessoais e/ou de intimidade, típicas do período medieval e/ou monárquico” (MALHEIROS, TORRES e CAMERINO, 2011: 122). Essa nova sociedade que emerge traz como características o individualismo e a racionalidade, permeando os mais diversos aspectos da vida social estadunidense, inclusive a religiosa.

Metodologia

Partido do pressuposto de que a melhor maneira de se entender um fenômeno é não dissociá-lo das causas que os influenciam e são influenciadas por ele, este artigo analisa a origem da democracia liberal nos Estados Unidos e sua relação com a religião e a questão da racionalidade. Para tanto, se procurou, como a própria metodologia weberiana ensina, compreender o fenômeno democrático a partir das peculiaridades da sociedade da qual faz parte, estando essas peculiaridades historicamente situadas. Nesse sentido, fez-se uso dos conceitos weberianos de tipo-ideal que, como um instrumento de investigação, permite ao pesquisador elaborar modelos conceituais sobre determinado fenômeno no intuito de melhor dominá-lo intelectual e cientificamente. Assim, a construção de tipo ideal consiste em apontar os aspectos mais gerais e mais puros do objeto em estudo, ou seja, é a valorização do que lhe há de mais típico.

(...) o tipo ideal apresenta o desenho racional, isto é, a estrutura lógica independente das flutuações do real. Em suma, ele consiste em uma representação ideal e conseqüente de uma totalidade histórica singular, obtida por meio de racionalização utópica e de acentuação unilateral dos traços característicos e originais, para dar uma significação coerente e rigorosa ao que aparece como confuso e caótico em nossa experiência puramente experimental. (FREUND, 2003: 50)

Lembrando que os tipos-ideais são categorias puramente classificatórias e servem de meio para a aproximação com o objeto e, uma vez que são construções teóricas, funcionam

⁴ O “Reino do Terror” (ou “O Terror”) foi um período da Revolução Francesa, compreendido entre 1793 e 1794, no qual as garantias civis foram suspensas e os opositores foram perseguidos para assegurar a manutenção do governo revolucionário. O apoio da população foi conquistado com a promulgação de leis de assistência e de preservação dos direitos humanos estabelecidos pela Revolução (liberdade, igualdade e fraternidade).

apenas como ferramenta de investigação da realidade, não significando a própria realidade.

Desse modo, no intuito de melhor apreender o fenômeno democrático e suas variantes nos Estados Unidos, tomou-se como categoria analítica os tipos-ideais (pensados por Tocqueville e Weber) de democracia bem como do indivíduo que construiu a sociedade estadunidense.

No que se refere ao campo de investigação, foram utilizadas, principalmente, as obras de Aléxis de Tocqueville (*Democracia na América*, 2005) e de Max Weber (*A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, 2004). Os autores selecionaram os conceitos que consideraram essenciais para a apreensão da realidade observada. Assim, a abordagem e a interpretação utilizadas aqui são apenas uma dentre outras tantas possibilidades.

A gênese da democracia na América

Como foi possível a democracia na América? Como se caracteriza essa democracia? Qual sua influência no caráter nacional do povo que se autodesignou americano? Por que a democracia nos Estados Unidos assumiu aspectos liberais? Quais suas possíveis consequências? É na busca de responder a esses questionamentos que Aléxis de Tocqueville escreveu sua mais conhecida obra: *Democracia na América*. Nela, Tocqueville se debruça sobre as bases que sustentam a democracia, a igualdade e a liberdade, e a partir disso tece suas críticas, observa as peculiaridades do regime americano e percebe como cada uma dessas bases se reflete nos mais diversos aspectos desse povo.

O livro foi publicado em dois tomos, o primeiro em 1835 e o segundo em 1840. Nele o autor analisa a influência dos aspectos democráticos, aponta possíveis “males da igualdade” (entendendo a igualdade extrema com um risco à liberdade) e a importância de um regime democrático, baseado no equilíbrio entre igualdade e liberdade (todos são livres porque são iguais e são iguais porque são livres).

A democracia, para Tocqueville, representa mais um estado da sociedade do que um modo de governo. Para atingi-la, é necessário: a) a extinção da aristocracia e o nivelamento das condições (o que não significa propriamente a igualdade econômica); b) a possibilidade de igual participação nos assuntos do Estado; c) a proteção das leis (todos são iguais perante a lei); d) a soberania do povo; e) a participação dos cidadãos na gestão dos assuntos públicos e f) a redução das desigualdades econômicas (não sua extinção, o que considera impossível).

Neste sentido, o ideal democrático tocquevilleano seria o equilíbrio em uma sociedade na qual todos os indivíduos são iguais e livres. A liberdade, considerada mais

importante que a igualdade, é caracterizada pela segurança de cada um sob a proteção das leis. No que tange à igualdade, o autor aponta o risco decorrente de uma possível “ditadura da maioria”, reflexo da extrema igualdade em que a maioria (formando, então, uma aristocracia da maioria) suplantaria a vontade da minoria (que ficaria desprotegida das leis). A mais temível tendência dessa extrema igualdade nas sociedades democráticas seria, assim, a criação de um regime servil, no qual homens apáticos e individualistas estariam sujeitos totalmente às decisões do Estado no que diz respeito a aspectos da convivência social.

A partir da perspectiva toquevilleana da influência democrática no “intelecto nos Estados Unidos”, observa-se o que o teórico denomina de “método filosófico dos americanos”. Este diz respeito não só ao modo de se ver e perceber o mundo como ao método científico propriamente dito. Assim, para os americanos, seu método filosófico é extremamente racional, sendo que foge a qualquer tipo de:

(...) máximas de família, opiniões de classe, e, em certo grau, de preconceitos nacionais (...) e procura[am] por si mesmos, e somente em si mesmos, a razão das coisas; tende[m] para os resultados sem escravizar os meios, e visa[m] a substância através da forma. (...) cada americano apela para o esforço individual de seu próprio entendimento. (TOCQUEVILLE, 1969: 167)

Esse método filosófico é fruto do sentimento de igualdade fortemente impregnado nos estadunidenses, já que, ao se sentirem iguais, percebem que possuem igual capacidade de tirarem conclusões e “construírem” suas próprias verdades (forte tendência ao individualismo). O que os torna extremamente racionais em relação à ciência e à ideia que formam sobre sua realidade e sobre o mundo.

Tal ideia se reflete na própria religião, que acaba por impor limites, passando a não interferir em assuntos alheios aos próprios fenômenos religiosos. O protestantismo, que se instituiu nos Estados Unidos desde a colonização, permitiu o desenvolvimento racional do cidadão e, inclusive, admitiu o estabelecimento de um Estado laico, diferentemente de outras nações democráticas burguesas que conquistaram a separação entre Igreja e Estado a duras penas.

Observa-se, então, que os Estados Unidos, como nação recém-fundada, instauram de imediato o Estado laico e a liberdade religiosa. Entretanto, segundo Anthony Giddens, “a liberdade de expressão religiosa foi legalizada pela instituição americana muito antes de existir tolerância religiosa em qualquer outra sociedade ocidental” (GIDDENS, 2004: 553). E como a democracia sobreviveria sem liberdade religiosa?

Como todo homem é capaz de produzir conhecimento/saber pelo seu próprio esforço intelectual e, com isso, resolver problemas cotidianos, acaba por acreditar que pode elaborar as verdades de que necessita. Mas, para Tocqueville, é inviável qualquer um produzir todas essas verdades, o que acaba influenciando parte da minoria a adotar as ideias aceitas pela maioria. É por isso que o autor alerta para o risco da igualdade suplantar a liberdade, na medida em que a vontade geral se impõe à vontade individual e transforma esse homem, antes livre, em servil.

Recorrendo a Tocqueville, no que tange o fenômeno religioso e a relação que mantém com a democracia, mais particularmente com o sentimento de igualdade, percebe-se que este último está associado com o amor, cada vez mais presente e forte, pelo bem-estar. Em contrapartida, a religião tem como maior preocupação a purificação da alma, a restrição do gosto excessivo pelo bem-estar (luxúria). O que leva a concluir que, em nações democráticas, toda religião que se impõe à busca pelo bem-estar acaba por se destruir (Tocqueville, 2004).

O gosto pelo bem-estar constitui como que o traço saliente e indelével das eras democráticas. É permitido crer que uma religião que empreendesse destruir essa paixão-mãe acabaria sendo destruída por ela (...). O afazer principal das religiões é purificar, regrar e restringir o gosto demasiado ardente e demasiado exclusivo pelo bem-estar que os homens sentem nos tempos de igualdade; mas creio que elas estariam equivocadas se tentassem domá-lo inteiramente e destruí-lo. (TOCQUEVILLE, 2004: 30)

Entretanto, os Estados Unidos, como uma nação de raízes protestantes (maioria da população protestante – puritana), trazem em sua ética a vocação para o trabalho como um uma dádiva divina, e por isso, um dever a se cumprir com dedicação. Nesse sentido, a valorização da profissão como o cumprimento de um dever (fruto da Reforma), mesmo que no mundo profano, carrega a ideia de auto-realização moral do indivíduo. Assim, acredita que a melhor forma de dar glórias e agradar a Deus seria através da entrega e dedicação com que assume sua “vocação profissional”. Até mesmo o princípio de amor ao próximo toma parte no sentido de vocação, na medida em que o zelo com que pratica suas atividades profissionais permitirá essa ajuda ao próximo – exteriorizando/externalizando o amor ao próximo. Tocqueville lembra que “o homem não pode se curar pelo gosto pela riqueza; mas pode ser persuadido a enriquecer apenas por meios honestos” (Op. Cit.: 179). O que nos remete à tese defendida por Max Weber no que se refere à ética protestante: o trabalho, para o protestante, não é visto como um meio de se atingir riqueza (a grande crítica feita pelo catolicismo). A

riqueza se apresenta como uma consequência, não um fim.

Isso nos leva a entender o que Tocqueville percebe como a influência da democracia na religião. À medida que a democracia fomenta nos homens sentimentos de igualdade faz com que sua relação com o mundo seja mediada pela racionalidade. Dogmas, explicações baseadas no sobrenatural não são mais aceitas e a própria religião acaba por impor limites e admitir, em certo grau, a racionalidade. Em sua ética, passa a reconhecer a conquista do bem-estar (e a riqueza) como uma dádiva de Deus aos que cumprem seu dever e sua vocação profissional com dedicação e merecimento.

A racionalidade inerente à democracia americana reflete, também, o que Tocqueville chama de “preferência às ciências práticas em detrimento das ciências teóricas”. Os americanos, a partir da ideia de igualdade, não se submetem facilmente a outrem e, pelo contrário, buscam sempre descobrir o ponto fraco da teoria de seus vizinhos. Por isso, se ocupam mais em alcançar os aspectos principais do assunto que os preocupa e dar-lhe respostas. Daí sua tendência a se prenderem às ciências práticas. Fazem uso das ciências teóricas quando são necessárias ao entendimento e à aplicação das ciências práticas. Nas palavras de Tocqueville:

(...) quanto mais democrática, esclarecida e livre for uma nação, maior será o número dos promotores interessados no gênio científico, e mais as descobertas imediatamente aplicadas à indústria produtiva conferirão lucros, fama e até poder aos seus autores. (2004: 194)

Ainda em relação à igualdade, Tocqueville observa o “amor mais ardente e duradouro à igualdade do que pela liberdade”. No seu entendimento, numa democracia, não pode haver igualdade sem liberdade ou o inverso. E, por maior que seja o amor pela igualdade, é na liberdade que devem se apegar. A igualdade pode se estabelecer no âmbito civil, mas não aparecer no político. O que equivale dizer que, por mais que todos os cidadãos gozem dos mesmos direitos e possam exercer a mesma profissão, não participam igualmente da vida política do Estado. Ou ainda, a igualdade pode se mostrar no campo da política, entretanto não haver liberdade política, ou seja, todos são iguais na esfera política, entretanto se submetem a um soberano que decide tudo dentro do Estado.

No que diz respeito ao amor que a igualdade suscita nos homens Tocqueville explica que:

A liberdade apareceu no mundo em épocas diferentes e sob várias formas;

nunca esteve ligada exclusivamente a qualquer condição social, e não está limitada às democracias. A liberdade não pode, portanto, formar a característica distinta das épocas democráticas. O fato peculiar e preponderante que caracteriza essas épocas é a igualdade de condições; a paixão dominante do homem nesses períodos é o amor dessa igualdade. Não se pergunta qual o encanto singular que o homem das épocas democráticas acha em ser igual, ou que razões especiais podem ter para agarrar tão tenazmente à igualdade mais do que às outras vantagens que a sociedade lhe proporciona; a igualdade é a característica distinta da época em que ele vive; isso, por si mesmo, é suficiente para explicar que a prefira a todo o resto. (2004: 220)

Crê-se que as comunidades democráticas têm um gosto natural pela liberdade: deixadas a si próprias, procuram-na, acarinham-na e vêem qualquer privação da mesma com pesar. Mas sua paixão pela igualdade é ardente, insaciável, incessante, invencível; eles exigem igualdade na liberdade, e se não a podem obter, exigem ainda igualdade na escravidão. Podem suportar pobreza, servidão, barbarismo, mas não suportam a aristocracia. (2004 : 222)

Dessa forma, o apego à igualdade (em detrimento da liberdade) se justifica não apenas pelo preço caro que pagou para conquistá-la como pela sensação mais plausível e duradoura inerente a ela. Além disso, os males advindos de uma extrema liberdade logo são sentidos por todos, enquanto que os de uma extrema igualdade vão se mostrando aos poucos, sutilmente.

Daí sua preocupação com a extrema igualdade, o que pode levar os homens ao individualismo. Na sua perspectiva, em períodos de igualdade, todos os homens buscam, pelo esforço próprio de seu intelecto, as respostas em si. O que faz com que acabem se fechando em seu próprio mundo, se isolando do resto da sociedade e deixando a cargo do Estado (ou da maioria que não se afastou do convívio de seus semelhantes) a responsabilidade de decidir sobre os assuntos relativos à vida pública. Assim, corre-se o risco de levar a sociedade inteira ao despotismo (por parte do Estado) ou à tirania da maioria.

Este era o grande perigo que Tocqueville enxergava na democracia. Por isso ficou impressionado com as artimanhas estadunidenses para fugir dos males da extrema igualdade – ou do individualismo. Através de instituições livres, as famosas associações de cidadãos, se reuniam para defender seus interesses.

Cada homem, em uma democracia, quando confrontado a outro é completamente igual. Mas comparado a todos os outros, seus compatriotas, torna-se insignificante, sem força, frágil e incapaz de defender sozinho seus interesses perante a maioria. Assim, ao defender um interesse particular percebe que estando unido a outros com interesses semelhantes se

torna mais forte. Nessa associação acaba por transformar um interesse individual em público. Por isso, o grande número de associações dentro do país, sendo elas das mais diversas, desde aquelas que defendem interesses civis a interesses públicos. Além disso, as associações permitem que o povo participe e opine nos negócios do Estado.

Daí resulta que os jornais se tornam tão importantes nos Estados Unidos, não só porque representam e protegem a liberdade, mas porque combatem os males da igualdade extrema. É através deles que os cidadãos dos mais longínquos lugares, dos mais diversos interesses se comunicam. Numa nação de tão grandes proporções os jornais exercem papel fundamental já que, através deles, tornam seus interesses públicos, o que permite contatar outros que possuem o mesmo interesse e assim formar coalizões.

Na América, Tocqueville observou que há uma tendência cada vez maior para a dedicação ao comércio e/ou à indústria. Isso é fruto da busca sempre crescente pelo bem-estar material como pela riqueza e progresso. Os próprios fazendeiros combinam suas atividades agrícolas com atividades comerciais. Todos querem desfrutar desse progresso, desenvolvimento e riqueza, o que os move num mesmo caminho.

Em se tratando do desenvolvimento industrial americano, Tocqueville aponta o risco de formação de uma aristocracia. Entretanto, essa aristocracia não tem relação alguma com outras aristocracias territoriais europeias, estando diretamente ligada às atividades industriais e/ou manufatureiras.

Traçando um paralelo entre a aristocracia territorial europeia e a que emerge na América, observa que as primeiras mantinham uma relação de “compadrio” com seu servo. Sempre que o servo passava por alguma dificuldade, o senhor tinha por dever (ou por tradição) socorrê-lo. O que não acontece nas segundas:

(...) a aristocracia manufatureira de nossa época, primeiro empobrece e avilta o homem que a serve e depois o abandona à ajuda da caridade pública. (...) Entre empregado e patrão há relações frequentes, mas não há uma verdadeira associação. (TOCQUEVILLE, 2004: 253)

Tocqueville reconhece o perigo dessa nova aristocracia, mas não acredita que ela se torne obstáculo ou mesmo possa destruir a democracia. Entretanto alerta para que “os amigos da democracia” mantenham “(...) seus olhos ansiosamente fixos nessa direção, porque se alguma vez a desigualdade permanente de condições e a aristocracia voltarem a penetrar no mundo, pode-se prever que será esse o portão por onde entrarão” (Idem, p. 253).

Diálogo entre Tocqueville e Weber em torno da democracia, da racionalidade e da religião nas origens dos EUA

Diante do que foi exposto acima, como é possível a ética puritana americana e a racionalidade influenciarem a democracia liberal no país? Partindo da ótica weberiana a respeito das religiões protestantes, principalmente aquelas derivadas do Anglicanismo, observa-se sua preocupação no que se refere à independência do indivíduo em relação a sua própria salvação⁵, que, agora, não depende de um pregador, mas apenas do próprio fiel. Em países de populações originariamente protestantes, como os Estados Unidos, por exemplo, trazem, em seu caráter nacional, esses aspectos do individualismo de maneira bastante exacerbada, como bem foram analisadas por Tocqueville.

Além disso, Weber atenta para o que chamou de desencantamento do mundo, tendo em vista que a racionalidade, inerente ao pensamento científico da época, adentra na própria religião protestante. O que pode ser ilustrado – em relação à ética puritana – pela racionalização de suas práticas religiosas e pelo repúdio a outras práticas de caráter mágico-sacramentais. O que significa dizer, por exemplo, que a salvação e perdão do fiel não serão mais atingidos por intermédio de rituais mágicos e/ou no outro mundo. A salvação é conquistada nesse mundo, através do trabalho – observa-se aqui a racionalização intramundana da salvação.

(...) o puritanismo renunciou ao universalismo do amor e rotinizou racionalmente todo o trabalho neste mundo, como sendo um serviço à vontade de Deus e uma comprovação do estado de graça. A vontade de Deus, em sentido último, era incompreensível, e não obstante era a única vontade positiva que podia ser conhecida. Sob esse aspecto, aceitou a rotinização do cosmo econômico, que, como a totalidade do mundo desvalorizou como coisa da criatura e imperfeita. Esse estado de coisa parecia ordenado por Deus, e como material e dado para o cumprimento do dever de cada qual. (WEBER, 1982: 381)

Assim, o racionalismo puritano funcionava como um instrumento por meio do qual se dominava racionalmente o mundo.

E como isso se reflete na democracia? Para o estabelecimento do capitalismo ocidental moderno é indispensável um regime político que atenda suas necessidades. Tal

⁵ Aqui, cabe destacar Tocqueville quando reflete sobre a influência da igualdade, aspecto da democracia burguesa, na religião: o sentimento de igualdade permite aos fiéis buscarem a salvação de suas almas por esforços próprios, não recorrendo a interseção de santos e desacreditando em fenômenos religiosos de cunho mágico-sacramental. Tal “independência e autonomia” do indivíduo são estendidas as mais diversas áreas da vida social. A própria relação interpessoal entre esses indivíduos perde o caráter pessoal dando lugar a relações de cunho mais impessoais.

regime, no caso, o democrático, exige do Estado uma postura racional e impessoal perante os seus cidadãos e o mundo. A religião protestante também absorveu esses aspectos de impessoalidade no que se refere às relações entre seus fiéis e a sociedade. Nas palavras do sociólogo:

(...) o puritanismo imprimia a tudo um cunho objetivo, dissolvia tudo em 'empresas' racionais e relações 'comerciais' puramente objetivas, e punha o direito e o acordo no lugar da força da tradição, do costume local e do favor pessoal e concreto do funcionário. (WEBER, 2003: 156)

No que se refere à relação entre a ascese protestante e o capitalismo, Weber retoma a ideia de que a riqueza, buscada como fim último, é abolida pelas religiões. Entretanto, quando diz respeito a uma vida ascética, exigida como meio de salvação da alma, glorificação de Deus, purificação, etc., observa-se a importância do trabalho duro; Já que atua como um “remédio contra as tentações do mundo”. Segundo Weber, “a adoção dessa nova perspectiva trazida pelo protestantismo permite aos empresários reverter suas posições de baixo prestígio social e se transformarem nos heróis da nova sociedade que se instala” (QUINTEIRO, BARBOSA e OLIVEIRA, 2003: 135).

A busca da riqueza para a satisfação do bem-estar é algo permitido e moralmente lícito, pois parte do cumprimento de uma vocação dada por Deus. Enquanto que a riqueza como pecado é aquela com o fim do gozo, da luxúria, da preguiça, do ócio.

Nota-se a questão da racionalidade perpassando aspectos das religiões protestantes e lhes dando rumo e influenciando a emergência do capitalismo moderno ocidental. A religião é racional (se afasta dos aspectos mágicos, supersticiosos), o trabalho deve ser exercido de maneira racional (ter uma utilidade social e religiosa) assim como o lazer (descontrair, de forma organizada, moralmente correta e com a finalidade de repor as forças do homem).

Na bíblia, segundo o evangelista Paulo (Weber, 2004), percebe-se claramente a preocupação com o trabalho. A diferença é que, no período medieval, o trabalho funcionava como instrumento de sobrevivência – trabalhar o necessário para a sobrevivência da espécie (a regra não se aplica ao indivíduo, mas à espécie) – enquanto que na moral protestante, o trabalho é visto como um caminho para o indivíduo cumprir a vontade de Deus. A salvação é uma busca individual e “(...) cada um de nós está só diante de Deus. O sentido da comunidade com o próximo e o dever para com os outros enfraquece. O trabalho racional, regular, constante, acaba por ser interpretado como a obediência de um mandamento de Deus” (ARON, 2008: 512).

É importante lembrar que a própria divisão do trabalho e especialização, por parte do indivíduo, é uma forma de agradar a Deus, tendo em vista o maior benefício que uma profissão pode provocar à coletividade (ou, ao número maior de pessoas). Até a mudança de profissão, exceto no luteranismo, pode ser considerado como algo positivo, quando essa escolha se mostra mais útil para a coletividade (e, principalmente, para Deus). O próprio lucro, no exercício do trabalho, é um aspecto importante. Pois, se Deus indicou um caminho, uma profissão, é porque tem uma intenção. Isso explica a exigência no que se refere à dedicação do homem em relação ao seu trabalho.

Nesse sentido, para o puritano:

(...) trabalhar racionalmente em vista do lucro e não gastar o lucro é por excelência um comportamento necessário ao desenvolvimento do capitalismo, porque é sinônimo de um reinvestimento contínuo do lucro não consumido. É aqui que surge com máxima clareza a afinidade espiritual entre uma atitude protestante e a atitude capitalista. O capitalismo supõe a organização racional do trabalho, implica que a maior parte do lucro não seja consumida, mas poupada a fim de permitir o desenvolvimento dos meios de produção. (ARON, 2008: 513)

Dentro do que se convencionou chamar de igualdade [o que Tocqueville interpretou como nivelamento de condições entre os homens] houve o surgimento de um processo de racionalização nunca antes experimentado. Essa racionalização atravessou os mais diversos aspectos da sociedade chegando à religião, onde fincou bases e financiou a Reforma Protestante.

(...) toda a ética tipicamente burguesa foi desde o princípio comum a todas as seitas e conventículos ascéticos, sendo idêntica à ética praticada pelas seitas na América até o momento presente [durante o período investigado pelo sociólogo alemão]. Os metodistas, por exemplo, proibiam: 1) conversar enquanto compravam ('regatear'); 2) negociar as mercadorias antes de pagos os tributos aduaneiros sobre elas; 3) cobrar juros mais altos do que o permitiam a lei do país; 4) 'amontoar tesouros na terra' (significando isso a transformação do capital de investimento em 'riqueza consolidada'); 5) tomar de empréstimo sem ter certeza da capacidade de pagar a dívida e 6) luxos de todos os tipos. (WEBER, 1982: 359-360)

As religiões que nasceram da Reforma adotaram a racionalidade como mecanismo de interpretação e atuação no mundo e acabaram por favorecer o estabelecimento de uma nova ordem tanto social, quanto econômica e política.

Considerações Finais

É interessante reforçar que a perspectiva apresentada aqui foi apenas um recorte dentre as possibilidades apresentadas aos autores do trabalho. E que esta investigação diz respeito à relação entre religião e racionalidade (fruto dos ideais burgueses de igualdade e liberdade) no que se refere à formação da democracia nos Estados Unidos.

Como foi observado, a influência dos ideais de igualdade e liberdade foi muito forte no que tange a ética protestante. O que, por sua vez, patrocinou o desenvolvimento do capitalismo e a emergência da democracia como forma de governo. Além disso, o tipo ideal de puritano considerado nesse trabalho (Tocqueville e Weber), leva em conta o caráter de sua utopia racional, ética e motivações psicológicas – que tem origem em suas crenças e práticas religiosas. Tais aspectos se mostraram de grande importância para a formação não só do “espírito do capitalismo” como da democracia norte-americana.

E para concluir, cabe lembrar Weber quando chama a atenção para a diferença entre os elementos que colaboraram para o surgimento do fenômeno econômico nos Estados Unidos e aqueles que contribuíram para seu funcionamento. Assim, no que tange o capitalismo ocidental moderno entendemos o ascetismo protestante como um dos aspectos que favoreceram a emergência do capitalismo. Entretanto, esses aspectos, após a consolidação desse regime econômico, não são mais tão importantes. O capitalismo que se apresenta hoje tem seus próprios elementos que impulsionam e/ou sustentam seu funcionamento.

Referencias

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas/Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MALHEIROS, Irlena; TORRES, Monalisa e CAMERINO, Andréa. O patriotismo nos Estados Unidos. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v.7, n.12, p. 119-140, 2011.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira e OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracia na América**. Edição condensada. São Paulo: Companhia

Editora Nacional, 1969. (Coleção Para o Leitor Moderno). Apêndice: Segunda Parte, Livro I e II.

_____. **A Democracia na América:** sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Livro II)

_____. **A Democracia na América:** leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (2º volume)

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: JC Editora, 1982.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 2003.